

A EUGENIA NO BRASIL: CIÊNCIA E PENSAMENTO SOCIAL NO MOVIMENTO EUGENISTA BRASILEIRO DO ENTRE-GUERRAS

Vanderlei Sebastião de Souza*

O objetivo deste trabalho consiste em discutir o desenvolvimento da eugenia no Brasil durante o período entre-guerras. Procuraremos demonstrar como surgiu o debate em torno do movimento eugenista no contexto nacional, enfatizando principalmente as idéias e os arranjos científicos e sociais com as quais trabalhavam os intelectuais e cientistas brasileiros. Considerando que a história da ciência deve ser interpretada em sua devida historicidade cultural¹, nosso esforço consistirá em perceber de que maneira o pensamento social e político brasileiro sustentaram e lançaram um papel crucial no processo de formação deste movimento de idéias denominado eugenia.

As discussões sobre a eugenia emergiram no Brasil durante as décadas de 1910 e 1920, associando-se diretamente às preocupações nacionais quanto ao estado de saúde, saneamento, higiene e da situação racial da população. Os primeiros trabalhos sobre eugenia apareceram no início da década de 1910, com pequenos artigos publicados na imprensa carioca e paulista. Em 1914, o médico Alexandre Tepedino, sob a orientação do Prof. Miguel Couto, apresentaria à Academia de Medicina do Rio de Janeiro a primeira tese sobre eugenia, intitulada *Eugenia*². No entanto, conforme lembrava o eugenista Renato Kehl anos mais tarde, “parece que a questão não lograra interessar os nossos homens de ciência, os nossos jornalistas e estudiosos. A doutrina teria, talvez, sido mal compreendida”. Mas enfim, continuava Renato Kehl, “chegou, afinal, o dia de iniciarmos a nossa propaganda”³.

A hora e a vez da eugenia havia chegado. Em 1917, o jovem médico e farmacêutico Renato Kehl, que se tornaria o principal propagandista da eugenia no Brasil e na América Latina, iniciaria uma grande campanha de divulgação das idéias eugênicas no meio médico e intelectual. A entusiasmada propaganda causaria impacto, contribuindo para que em janeiro de 1918, após a mobilização e os esforços da elite médica paulista, fosse fundada a *Sociedade*

Eugênica de São Paulo, a primeira sociedade de eugenia da América Latina⁴. Contando com 140 membros, entre eles os mais prestigiados cientistas e intelectuais brasileiros, esta instituição se considerava como uma associação científica de estudos e propaganda sobre a regeneração racial da população brasileira⁵.

Durante os anos 1920, o movimento eugenista se deslocaria para o Rio de Janeiro, onde ganharia novo fôlego em meio ao crescente nacionalismo que estimulava grande parte da intelectualidade local. Convencidas do poder da ciência em estabelecer uma nova ordem ao mundo, a elite brasileira entendia que a eugenia poderia desempenhar um papel importante no sentido de auxiliar a regeneração nacional, orientando o Brasil a seguir o trilho do progresso e do tão almejado “concerto das nações civilizadas”. Neste sentido, como explica Nancy Stepan, a “eugenia no Brasil deve ser vista como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como ‘sinal’ de modernidade cultural” (idem, p. 337). Para o eugenista Renato Kehl, a eugenia representava muito mais que sinal de modernidade cultural, “ela é mais que ciência, é religião, religião da saúde, do corpo e do espírito – a verdadeira religião da humanidade”⁶.

Os primeiros passos do movimento eugenista brasileiro se confundiam de tal modo com os ideais sanitaristas, que as primeiras obras sobre eugenia se associaram intimamente ao ideário ambientalista já em voga na época. Segundo Nancy Stepan, “estrutural e cientificamente, a eugenia brasileira era congruente, em termos gerais, com as ciências sanitárias, e alguns simplesmente a interpretavam como um novo ramo da higiene”⁷. Como argumentava o médico e eugenista Olegário de Moura, saneamento é a mesma coisa que eugenia, “sanear é eugenizar”, e completava, “saneamento-eugenia é ordem e progresso”⁸. Do mesmo modo, Belisário Penna, líder do movimento sanitarista, afirmava que o saneamento, a higiene e a medicina social constituíam os alicerces da eugenia, sem os quais ela não poderia ser praticada senão de modo deficiente em âmbito muito limitado⁹.

O que possibilitou essa união entre a eugenia e as idéias sanitaristas, quando não a sua inconfundível associação, foi o fundo neolamarckista e sua convicção na transmissão dos

caracteres adquiridos¹⁰. Do mesmo modo, os eugenistas brasileiros valeram-se também da tradição ambientalista neohipocrática, que desde o século XIX já contagiava o pensamento social e científico nacional¹¹. De maneira geral, os eugenistas entendiam que o ponto de partida de seus estudos deveria iniciar com as questões relativas à influência do meio sobre a saúde e a raça nacional. Deste modo, inspirados nas orientações neolamarckistas, os eugenistas acreditavam que as doenças venéreas, a tuberculose, o alcoolismo, a nicotina e outras drogas e infecções - os chamados “venenos raciais” – poderiam degenerar a prole de pais portadores destes males. O alcoolismo, por exemplo, o grande “inimigo da raça”, era visto por Afrânio Peixoto como uma das principais causas da degeneração da raça e do futuro da nacionalidade, já que os filhos de alcoólatras eram defeituosos e predispostos desde a infância a várias doenças, a loucura, a delinqüência e ao crime¹².

A aproximação da eugenia com o ideário médico-ambientalista possuía uma clara posição política de introdução da eugenia no cenário intelectual brasileiro, já que, com isso, conseguia atrair não somente atenção dos sanitaristas e higienistas para este movimento, mas também a de outros setores da sociedade. Como o debate intelectual e político acerca das concepções sanitárias e higiênicas tinham conquistado a imprensa e a opinião pública, além da atenção política que o Estado vinha dispensando a esta questão, é possível afirmar que os intelectuais ligados ao discurso eugênico pegaram uma carona do movimento sanitarista com objetivo de conquistar força em prol da divulgação da eugenia.

Portanto, a ligação da eugenia com o ideário sanitarista e com as concepções científicas neolamarckistas não é fortuita. A recorrência à estas orientações derivava em grande medida dos benefícios que as concepções ambientalistas apresentavam aos intelectuais brasileiros para reformar o ambiente social e enfrentar os graves problemas sanitários e de saúde da população nacional. Como o neolamarckismo postulava que as condições do meio transformavam-se em caracteres que seriam herdados hereditariamente – o que era uma concepção corrente durante as primeiras décadas do século XX - os eugenistas acreditavam

que os “males sociais” transformavam-se em verdadeiros “venenos raciais”. Amadeu Amaral, por exemplo, já chamava a atenção no início da década de 20 sobre as “criaturinhas” que vinham ao mundo como uma “sementeira de atrocidade”: cegueira, surdez, vícios, maldades, “todos os legados orgânicos do pai avariado ou alcoólatra, da mãe nevropata ou tuberculosa”¹³.

Devido as possibilidades que a eugenia oferecia como um instrumento para regenerar a saúde física, mental e moral da população, os médicos psiquiatras associados a Liga Brasileira de Higiene Mental assumiram o ideário científico da eugenia como discurso fundamental de seus projetos¹⁴. Em grande medida isso ocorreu porque os problemas sociais como a criminalidade, delinqüência, prostituição, doenças mentais, vícios e pobreza eram cada vez mais associados ao patrimônio hereditário, o que fazia com que os intelectuais e boa parte da elite local acreditassem no importante papel que a eugenia - a verdadeira ciência da hereditariedade - poderia desempenhar para regenerar a raça nacional.

A íntima associação dos ideais eugênicos com o sanitarismo e a psiquiatria foi bastante relevante para a divulgação da eugenia no cenário nacional. No final da década de 1920, muitos trabalhos sobre eugenia já haviam sido publicados e, apesar da maioria dos intelectuais ligados a eugenia não se declararem eugenistas, muitos deles participavam ativamente no desenvolvimento destas idéias.

O ano de 1929 foi sem dúvida fundamental para as pretensões dos eugenistas brasileiros. Em janeiro deste mesmo ano, após ter publicado uma série de trabalho sobre eugenia, Renato Kehl passou a publicar, sob sua propriedade e direção, o *Boletim de Eugenia*. Ainda em 1929, com o objetivo de comemorar o primeiro centenário da Academia Nacional de Medicina, foi realizado no Rio de Janeiro o I Congresso Brasileiro de Eugenia, um dos principais eventos do meio médico e intelectual brasileiro promovido durante a década de 1920. Tanto a publicação do *Boletim de Eugenia* quanto a realização deste congresso, foram fundamentais no processo de transformação do debate sobre a eugenia no Brasil.

A partir da década de 1930, a eugenia brasileira ampliou significativamente o debate sobre suas concepções científicas. O terreno movediço sobre o qual os eugenistas conduziam suas idéias era formado pelas concepções neolamarckistas, o darwinistas, weisnnistas e mendelianas¹⁵. No entanto, segundo Nancy Stepan, apesar do próprio Galton - considerado o “pai” da eugenia - já haver refutado a teoria de Lamarck, esta foi sem dúvida a concepção científica que mais fascínio exerceu sobre o movimento eugenista brasileiro¹⁶.

A partir do final da década de 1920, no entanto, as concepções lamarckistas começaram a ser seriamente questionadas por alguns intelectuais brasileiros ligados ao discurso eugenista. Já na conferência de abertura do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, Roquette-Pinto, presidente e orador do evento, elaborava uma enfática crítica as concepções lamarckistas, afirmando que “(...) durante muito tempo, supôs-se que o meio dominara os organismos, portanto a medicina e a higiene resolveriam o problema da saúde, mas a ciência demonstrou haver alguma coisa que independe da higiene; é a semente, a herança, que depende da eugenia”¹⁷. No entanto, mesmo considerando que a crítica levantada por Roquette-Pinto se originava das concepções mendelianas, é preciso destacar que este antropólogo continuou compartilhando dos ideais sanitaristas para reformar a sociedade.

Por outro lado, Octávio Domingues chamava a atenção dos eugenistas ao criticar enfaticamente as concepções neolamarckistas, lembrando que “não foi possível até hoje demonstrar-se que um caráter adquirido possa a vir a ser hereditário”¹⁸. Para este eugenista, doenças como a sífilis, a tuberculose, o alcoolismo e outros problemas relacionados ao ambiente social não se constituiriam como hereditários, tendo em vista que “o meio não *cria* as formas” ele apenas “*revela* as formas em potencial no genótipo dos seres, e nada mais”¹⁹.

No entanto, tais críticas não seriam assimiladas sem polêmicas, tendo em vista que estes argumentos contrários às noções neolamarckistas desestruturavam as bases científicas e ideológicas de boa parte dos eugenistas. Mesmo durante o congresso de 1929 e, posteriormente, durante os anos 1930, os neolamarckistas continuavam defendendo a idéia da

hereditariedade dos caracteres adquiridos. Assim, apesar do modelo da eugenia alemã, inglesa e norte-americana ter sido amplamente guiada pela teoria do plasma germinativo de August Weismann, pela teoria mendeliana e pela biometria, e por maior que possa ter sido o impacto das críticas às concepções teóricas da eugenia brasileira, estas não conseguiram sucumbir totalmente com os pressupostos ambientalistas. Como já afirmamos anteriormente, isso ocorreu principalmente por dois fatores, primeiro, porque o pensamento social brasileiro estava intimamente ligado a tradição científica ambientalista, segundo, porque a teoria neolamarckiana possibilitava aos intelectuais brasileiros atuar ativamente no combate aqueles que eram considerados aos principais problemas nacionais: as péssimas condições ambientais, as doenças, a promiscuidade e a criminalidade, além da própria questão racial.

Apesar da falta de confluência teórica, o discurso eugenista brasileiro chegaria na década de 1930 com grande vigor, preparado para alçar vôos mais ousados através da eugenia radical que vinha empolgando todo o norte da Europa e dos Estados Unidos. No contexto nacional, a Revolução de 1930 instalara um novo cenário político e ideológico que ajudou a expandir o espaço político e intelectual para a propaganda eugênica.

Utilizando como retórica um discurso extremamente nacionalista, o movimento eugenista procurava associar a eugenia à política nacional. Para Kehl, não haveria solução para os males sociais fora das leis da biologia, lembrando que “não há política racional, independente dos princípios biológicos, capaz de trazer paz e felicidade aos povos. *Eis, por que, a política, por excelência, é a política biológica, a política com base na eugenia*”²⁰. Do mesmo modo, Oliveira Vianna também chamava a atenção quanto a necessidade de formar um povo verdadeiramente forte, composto por uma “elite de eugenicistas”²¹.

Para que a “raça nacional” pudesse ser transformada nesta tão sonhada “elite de eugenicistas”, os eugenistas entendiam que atitudes radicais como a esterilização, pena de morte, controle rigoroso da entrada de imigrantes, obrigatoriedade do exame pré-nupcial, proibição do casamento inter-racial e de portadores de doenças contagiosas, entre outros, precisariam ser

observadas, lembrando o sucesso do programa de higiene racial norte-americano e alemão. Octávio Domingues, por exemplo, sugeria que o controle do nascimento, a esterilização obrigatório e a pena de morte contribuiriam para exterminar imediatamente com os “agentes de perturbação da vida social”²².

Neste sentido, conforme ressaltava Michel Foucault, entendemos que esse discurso do movimento eugenista em prol do melhoramento racial brasileiro deve ser interpretado num contexto mais amplo em que os ideais políticos nacionais de controle sobre a vida da população emergiam como preocupação central, num momento em que as políticas nacionalistas se transformaram em biopolítica, e o povo em espécie, em raça²³.

Mesmo com todo eco causado entre os “homens de ciências” e autoridades públicas, as idéias e declarações mais radicais elaboradas pelos eugenistas brasileiros durante a década de 1930, parecem não ter sido suficientes para sensibilizar a sociedade e a política nacional no sentido de aprovar seus principais projetos eugênicos, e de pôr em prática as concepções mais “duras” desenvolvidas neste período, como a esterilização de criminosos e indivíduos considerados incapazes.

No entanto, é preciso compreender que mesmo as posições radicais assumidas pelos eugenistas não diziam respeito apenas a meia dúzia de intelectuais. Apesar de possuir uma série de ambigüidades, a eugenia se transformou num discurso corrente e amplamente legitimado no meio científico, político e social brasileiro. Como alertou o sociólogo Zigmunt Bauman, os projetos mais extremos de “engenharia social” como a eugenia, por exemplo, não foram produtos alheios a nova ordem racional da civilização, ao contrário, “foram produtos legítimos do espírito moderno, daquela ânsia de auxiliar e apressar o progresso da humanidade rumo à perfeição que foi por toda parte a mais eminente marca da era moderna”²⁴.

Por último, como procuramos demonstrar, a eugenia brasileira foi um movimento científico diretamente orientado pelo pensamento social e pelas tradições intelectuais que vinham se desenvolvendo no Brasil desde o final do século XIX. Como lembrou a historiadora

Nancy Stepan, é preciso considerar que “as idéias, mesmo as científicas, são sempre reconfiguradas seletivamente quando cruzam as fronteiras culturais, e o resultado é uma ciência sutilmente conformada pelas tradições locais – culturais, políticas e científicas”²⁵. Deste modo, além de revelar um capítulo fundamental na moderna história das ciências no Brasil, a eugenia pode ainda contribuir para evidenciar importantes aspectos do pensamento social brasileiro e das ideologias raciais, científicas e políticas das primeiras décadas do século XX.

Notas Bibliográficas

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História das Ciências da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz.

¹ Como lembrou o historiador Steven Shapin, captar a ciência em sua situação histórica e sociológica consiste em entender mais a fundo as práticas sociais concretas e “em expor a elaboração e a posse do conhecimento como processos sociais” (SHAPIN, Steven. **A Revolução Científica**. Algés – Portugal: Difel, 1999, p.30).

² Renato Kehl. **Aparas Eugênicas: Sexo e Civilização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

³ Renato Kehl, idem., p. 25.

⁴ KEHL, Renato. Eugenics in Brazil. **Boletim de Eugenia**. Ano III, n. 28, abr. 1931.

⁵ KEHL, Renato. **Op. cit.**, 1933, p. 27-30.

⁶ KEHL, Renato. **Eugenia e Medicina Social**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1920, p. 29.

⁷ STEPAN, Nancy. A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940. In: Hochman, G. & Armus, D. **Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio: Editora Fiocruz, 2004, p. 348.

⁸ apud STEPAN, Nancy. Idem.

⁹ PENNA, Belisário. Eugenia e Eugenismo. **Boletim de Eugenia**. Ano I, n. 10, out. 1929.

¹⁰ Em linhas gerais, o lamarckismo propunha uma evolução impulsionada por uma lenta e intencional adaptação ao meio ambiente, principalmente em relação a idéia do uso e desuso. Segundo a historiadora Nancy Stepan, o que era de início uma teoria geral sobre evolução no século XIX, transformou-se ele mesmo num “neolamarckismo”, passando a significar uma teoria particular sobre o funcionamento da hereditariedade dos caracteres adquiridos, adaptando-se as discussões contemporâneas relacionadas à herança genética (STEPAN, Nancy. **The hour of eugenics: race, Gender, and nation in Latin America**. Londres: Cornel University Press, 1991).

¹¹ Sobre a ligação entre as idéias sanitaristas e a tradição ambientalista ver MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: Monteiro & Sansone (Orgs.). **Etnicidade na América: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos**. RJ: Fiocruz, 2004. pp.15-44.

¹² PEIXOTO, Afrânio. As doenças evitáveis. **Revista Brazil-médico**. RJ. 05 jan. 1924, Ano XXXVIII, Vol. I, p. 03.

¹³ apud LUCA, Tânia Regina de. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. SP: Unesp, 1999, p. 226.

¹⁴ REIS, José R. F. **Higiene mental e eugenia: o projeto de "regeneração nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)**. Dissertação de mestrado, São Paulo, IFCH/Unicamp, 1994.

¹⁵ CASTAÑEDA, Luzia Aurélia. Apontamentos Historiográficos Sobre a Fundamentação Biológica da Eugenia. **Revista Episteme**. V. 3, nº 5, p. 23-48. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998, p. 29.

¹⁶ Stepan, op. cit., 1991.

¹⁷ Apud MACIEL, L. R.. **A loucura encarcerada: um estudo sobre a criação do manicômio Judiciário do Rio de Janeiro (1896-1927)**. Niterói, RJ: UFF: Dissertação de mestrado, 1999, p. 64.

¹⁸ DOMINGUES, Octavio. Limalhas de um Eugenista. **Boletim de Eugenia**. Ano IV, nº 40, out-dez 1932, p. 82.

¹⁹ DOMINGUES, Octavio. O Meio Revela.... **Boletim de eugenia**. Ano II, n. 16, abr.1930, p. 3.

²⁰ KEHL, Renato. **Por que sou eugenista: 20 anos de campanha eugenica 1917-1937** – RJ: Fco Alves, 1937 p. 13.

²¹ VIANNA, Oliveira. Eugenismo das Elites **Boletim de Eugenia**. Ano3, n 29, Mai 1931, p. 2.

²² DOMINGUES, O. Birth Control, Esterilização e Pena de Morte. **Boletim de Eugenia**. Ano III, n. 30, jun. 1931, p. 4

²³ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade-** vol. I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

²⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 38.

²⁵ STEPAN, Nancy. **Op. cit.**, 1991, p. 33.